



Energisa Minas Gerais | Resultados do 3º trimestre de 2012

Cataguases, 8 de novembro de 2012 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Gerais” ou “Companhia”) apresenta as Informações Trimestrais relativas aos primeiros nove meses de 2012 (9M12), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio e Considerações Gerais

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 401 mil consumidores e uma população de cerca de 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Rio de Janeiro.

A ABCE (Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica) anunciou em agosto as empresas vencedoras do Prêmio Medalha Eloy Chaves, de 2011. A Energisa Minas Gerais conquistou o 1º lugar na categoria entre 501 e 2.000 empregados.

A Energisa também foi uma das vencedoras do 15º Prêmio SESI Qualidade no Trabalho 2012, etapa estadual, agraciada com o segundo lugar na categoria Cultura Organizacional. A empresa concorreu com outras organizações de Minas Gerais que possuem mais de 500 colaboradores e apresentou como prática de gestão o Projeto Bússola.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Energisa Minas Gerais:

Indicadores Operacionais e Financeiros

| Descrição | 9M12 | 9M11 | Variação % |
|--|---------|---------|------------|
| Resultados - R\$ milhões | | | |
| Receita Operacional Bruta | 482,8 | 468,7 | + 3,0 |
| Receita Operacional Líquida | 321,0 | 312,7 | + 2,7 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) | 40,7 | 55,6 | - 26,8 |
| EBITDA | 52,3 | 67,2 | - 22,2 |
| EBITDA Ajustado | 56,6 | 71,5 | - 20,8 |
| Resultado Financeiro | (8,5) | (13,1) | - 35,1 |
| Resultado antes dos impostos | 32,2 | 42,5 | - 24,2 |
| Lucro Líquido | 21,5 | 28,1 | - 23,5 |
| Indicadores Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Ativo Total | 531,6 | 418,9 | + 26,9 |
| Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras | 139,0 | 66,6 | + 108,7 |
| Patrimônio Líquido | 70,9 | 66,9 | + 6,0 |
| Endividamento Líquido | 223,2 | 189,3 | + 17,9 |
| Indicadores Operacionais | | | |
| Número de Consumidores Cativos (mil) | 401,3 | 390,8 | + 2,7 |
| Vendas de Energia aos Consumidores Cativos (GWh) | 817,4 | 803,3 | + 1,8 |
| Energia Elétrica Total Distribuída (GWh) | 1.085,9 | 1.068,3 | + 1,6 |
| Perdas de Energia (% últimos 12 meses) | 8,59 | 8,58 | + 0,01 p.p |
| Indicadores Relativos | | | |
| EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%) | 17,6 | 22,9 | - 5,3 p.p |
| Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) | 2,8 | 1,6 | + 75,0 |

2 - Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 - Lucro líquido cresce 28,3% no 3T12

Lucro líquido acumulado em 9 meses atinge R\$ 21,5 milhões

A Energisa Minas Gerais registrou nos primeiros nove meses de 2012 um lucro líquido de R\$ 21,5 milhões, dos quais R\$ 7,7 milhões foram apurados no 3T12. O resultado no 3T12 é 28,3% maior em relação ao apurado no 3T11, favorecido pela redução de 65,5% das despesas financeiras líquidas no trimestre. Já o lucro líquido registrado em 9M12 representa uma redução de 23,5% em relação aos 9M11. A redução do resultado da Energisa Minas Gerais em 9M12 decorre fundamentalmente da variação dos itens não controláveis (Parcela A) ainda não refletida nas tarifas de energia elétrica da Companhia.

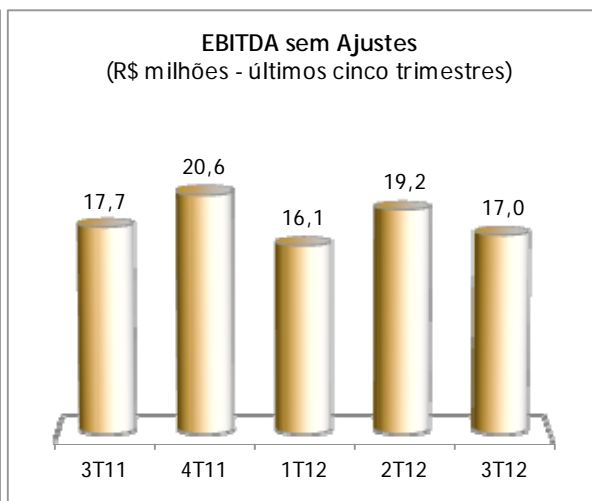
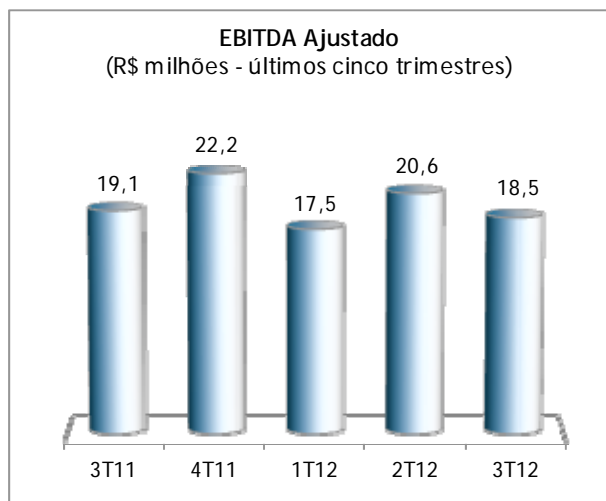
Apresenta-se a seguir a composição do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

| Composição e evolução do lucro líquido (R\$ milhões) | Trimestre | | | 9 meses | | |
|--|------------|------------|---------------|-------------|-------------|---------------|
| | 3T12 | 3T11 | Var. % | 9M12 | 9M11 | Var. % |
| (=) Receita operacional líquida | 111,8 | 102,4 | + 9,2 | 321,0 | 312,7 | + 2,7 |
| (=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) | 13,4 | 14,7 | - 8,8 | 40,7 | 55,6 | - 26,8 |
| (+) Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras) | (2,0) | (5,8) | - 65,5 | (8,5) | (13,1) | - 35,1 |
| (+) Contribuição social e imposto de renda | (3,7) | (2,9) | + 27,6 | (10,7) | (14,4) | - 25,7 |
| (=) Lucro Líquido | 7,7 | 6,0 | + 28,3 | 21,5 | 28,1 | - 23,5 |

Evolução da geração de caixa

| Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões) | Trimestre | | | 9 meses | | |
|--|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|
| | 3T12 | 3T11 | Var. % | 9M12 | 9M11 | Var. % |
| (=) Lucro Líquido | 7,7 | 6,0 | + 28,3 | 21,5 | 28,1 | - 23,5 |
| (-) Contribuição social e imposto de renda | (3,7) | (2,9) | + 27,6 | (10,7) | (14,4) | - 25,7 |
| (-) Resultado financeiro | (2,0) | (5,8) | - 65,5 | (8,5) | (13,1) | - 35,1 |
| (-) Depreciação e amortização | (3,6) | (3,0) | + 20,0 | (11,6) | (11,6) | - |
| (=) Geração de caixa (EBITDA) | 17,0 | 17,7 | - 4,0 | 52,3 | 67,2 | - 22,2 |
| (+) Receita de acréscimos moratórios | 1,5 | 1,4 | + 7,1 | 4,3 | 4,3 | - |
| (=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) | 18,5 | 19,1 | - 3,1 | 56,6 | 71,5 | - 20,8 |

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Minas Gerais nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



2.2 - Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Energisa Minas Gerais totalizou R\$ 482,8 milhões em 9M12, contra R\$ 468,7 milhões em igual período do ano passado, ou seja, um aumento de 3,0% (R\$ 14,1 milhões). A receita operacional líquida, por sua vez, atingiu R\$ 321,0 milhões, com crescimento de 2,7% (R\$ 8,3 milhões) no mesmo período.

Já no 3T12, as receitas operacionais, bruta e líquida, mostram crescimento de, respectivamente, 5,9% (ou R\$ 9,1 milhões) e 9,2% (ou R\$ 9,4 milhões) em relação ao 3T11.

A composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida assim se apresenta:

| Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões | Trimestre | | | 9 meses | | |
|---|-----------|--------|----------------------------|---------|---------|----------------------------|
| | 3T12 | 3T11 | Variação em R\$ milhões | 9M12 | 9M11 | Variação em R\$ milhões |
| (+) Receita de energia elétrica (mercado próprio) | 136,0 | 130,2 | + 5,8 | 411,2 | 391,1 | + 20,1 |
| • Residencial | 60,8 | 55,9 | + 4,9 | 187,7 | 170,8 | + 16,9 |
| • Industrial | 21,8 | 24,2 | - 2,4 | 64,9 | 70,7 | - 5,8 |
| • Comercial | 26,4 | 24,6 | + 1,8 | 81,9 | 76,7 | + 5,2 |
| • Rural | 13,5 | 13,1 | + 0,4 | 37,0 | 36,0 | + 1,0 |
| • Outras classes | 13,5 | 12,4 | + 1,1 | 39,7 | 36,9 | + 2,8 |
| (+) Suprimento de energia elétrica | 1,1 | 0,4 | + 0,7 | 1,5 | 0,8 | + 0,7 |
| (+) Fornecimento não faturado | (0,2) | (0,4) | + 0,2 | (3,4) | (0,7) | - 2,7 |
| (+) Disponibilização do sistema elétrico | 11,3 | 11,8 | - 0,5 | 31,0 | 32,7 | - 1,7 |
| (+) Receitas de construção | 11,0 | 9,4 | + 1,6 | 28,8 | 33,4 | - 4,6 |
| (+) Outras receitas | 4,7 | 3,4 | + 1,3 | 13,7 | 11,4 | + 2,3 |
| (=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada | 163,9 | 154,8 | + 9,1 | 482,8 | 468,7 | + 14,1 |
| (-) Impostos sobre receitas | (43,2) | (42,2) | - 1,0 | (130,4) | (126,3) | - 4,1 |
| (-) Encargos setoriais | (8,9) | (10,2) | + 1,3 | (31,4) | (29,7) | - 1,7 |
| (=) Total - Receita operacional líquida consolidada | 111,8 | 102,4 | + 9,4 | 321,0 | 312,7 | + 8,3 |

2.2.1 - Aumento das tarifas de energia elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, para aplicação a partir de 18 de junho de 2012, o terceiro ciclo de revisão tarifária da Energisa Minas Gerais, resultando em um aumento médio de 1,20% para os consumidores.

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica

Em 9M12, as despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica da Energisa Minas Gerais atingiram R\$ 251,4 milhões, com crescimento de 12,4% (ou R\$ 27,7 milhões) em relação ao valor registrado em 9M11. No 3T12, o aumento destas mesmas despesas foi de 11,5% (ou R\$ 9,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição e serviços de energia elétrica

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição e serviços de energia elétrica reduziram 0,3% (ou R\$ 0,2 milhão) em 9M12, para R\$ 60,6 milhões. No 3T12, as despesas controláveis foram de R\$ 20,9 milhões, significando um aumento de 8,9% (ou R\$ 1,7 milhão) em relação ao 3T11.

Resultados 3º trimestre de 2012

2.3.2 - Custos de construção

A Energisa Minas Gerais reconhece receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 9M12, os custos de construção totalizaram R\$ 28,8 milhões (R\$ 11,0 milhões no 3T12), contra R\$ 33,4 milhões em 9M11 (R\$ 9,5 milhões no 3T11).

2.3.3 - Despesas operacionais totais

Em 9M12, as despesas operacionais da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 280,2 milhões, um crescimento de 9,0% (ou R\$ 23,1 milhões) em relação ao valor registrado em 9M11. No 3T12, o aumento das despesas operacionais totais foi de 12,0% (ou R\$ 10,5 milhões) em relação ao 3T11.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Composição das despesas operacionais (R\$ milhões) | Variação em | | | Variação em | | |
|---|-------------|-------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| | 3T12 | 3T11 | R\$ milhões | 9M12 | 9M11 | R\$ milhões |
| 1 - Despesas controláveis | 20,9 | 19,2 | + 1,7 | 60,6 | 60,8 | - 0,2 |
| 1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão) | 7,6 | 6,3 | + 1,3 | 20,1 | 22,0 | - 1,9 |
| 1.2 - Material | 1,3 | 1,4 | - 0,1 | 3,9 | 3,8 | + 0,1 |
| 1.3 - Serviços de terceiros | 12,0 | 11,5 | + 0,5 | 36,6 | 35,0 | + 1,6 |
| 2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) | 62,4 | 54,3 | + 8,1 | 175,1 | 153,2 | + 21,9 |
| 3 - Depreciação e amortização | 3,6 | 3,0 | + 0,6 | 11,6 | 11,6 | - |
| 4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos | 0,3 | 0,5 | - 0,2 | 2,1 | (5,0) | + 7,1 |
| 5 - Outras despesas / receitas | - | 1,2 | - 1,2 | 2,0 | 3,1 | - 1,1 |
| Subtotal (1+2+3+4+5) | 87,2 | 78,2 | + 9,0 | 251,4 | 223,7 | + 27,7 |
| 6 - Custo de construção | 11,0 | 9,5 | + 1,5 | 28,8 | 33,4 | - 4,6 |
| Total | 98,2 | 87,7 | + 10,5 | 280,2 | 257,1 | + 23,1 |

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 9M12 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 8,5 milhões (R\$ 2,0 milhões no 3T12), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 13,1 milhões em 9M11 (R\$ 5,8 milhões no 3T11).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

| Descrição | Valor em R\$ milhões | |
|--|----------------------|--------------|
| | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
| Curto Prazo | 34,4 | 40,8 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 26,2 | 36,7 |
| Encargos de dívidas | 6,6 | 2,6 |
| Parcelamento de impostos e fundo de pensão | 1,6 | 1,5 |
| Longo Prazo | 327,8 | 243,2 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 324,5 | 238,9 |
| Parcelamento de impostos e fundo de pensão | 3,3 | 4,3 |
| Total das dívidas | 362,2 | 284,0 |
| (-) Disponibilidades financeiras | 139,0 | 83,5 |
| Total das dívidas líquidas | 223,2 | 200,5 |

(*) Em 30 de setembro de 2012, R\$ 155,5 milhões (42,9%) do total das dívidas estão representados em dólares.

3 - Desempenho Operacional

3.1 - Mercado de Energia

No 3T12, as vendas de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Minas Gerais mostraram um crescimento de 0,5% sobre o 3T11, atingindo 271,0 GWh. O consumo da classe residencial foi o destaque no trimestre, com crescimento de 5,2%, seguido da classe comercial com crescimento de 4,9%. As classes industriais, cativa e livre, registraram, juntas, redução de 2,2% no consumo na mesma base de comparação. Consequentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 374,0 GWh no 3T12, o que representa um aumento de 1,9% em relação ao igual trimestre do ano passado.

No acumulado de 9M12, o consumo no mercado cativo (817,4 GWh) cresceu 1,8% em relação aos 9M11 e a energia total distribuída atingiu 1.085,9 GWh, ou seja, 1,6% maior que em 9M11. O quadro a seguir mostra a evolução do mercado de energia elétrica por segmento ao longo dos primeiros nove meses do exercício:

Mercado de Energia Elétrica por Segmento
(Em GWh)

| Descrição | Trimestre | | | 9 meses | | |
|--|-----------|-------|------------|---------|---------|------------|
| | 3T12 | 3T11 | Variação % | 9M12 | 9M11 | Variação % |
| a) Vendas de Energia no Mercado Próprio | 271,0 | 269,6 | + 0,5 | 817,4 | 803,3 | + 1,8 |
| * Residencial | 101,7 | 96,7 | + 5,2 | 307,9 | 293,0 | + 5,1 |
| * Industrial | 46,7 | 54,0 | - 13,5 | 142,3 | 155,0 | - 8,2 |
| * Comercial | 48,8 | 46,5 | + 4,9 | 154,5 | 147,2 | + 5,0 |
| * Rural | 38,0 | 38,2 | - 0,5 | 106,5 | 106,3 | + 0,2 |
| * Outras classes | 35,8 | 34,2 | + 4,7 | 106,2 | 101,8 | + 4,3 |
| b) Suprimento de Energia Elétrica | 17,4 | 17,5 | - 0,6 | 25,8 | 34,7 | - 25,6 |
| c) Fornecimento não Faturado Líquido | (0,7) | (2,0) | - 65,0 | (1,6) | (2,0) | - 20,0 |
| d) Vendas Totais de Energia (a+b+c) | 287,7 | 285,1 | + 0,9 | 841,6 | 836,0 | + 0,7 |
| e) Energia associada aos Consumidores Livres | 86,3 | 82,0 | + 5,2 | 244,3 | 232,3 | + 5,2 |
| f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e) | 374,0 | 367,1 | + 1,9 | 1.085,9 | 1.068,3 | + 1,6 |

3.2 - Perdas de Energia

As perdas de energia da Energisa Minas Gerais se situaram em 8,59% nos últimos doze meses terminados em setembro de 2012, contra 8,58% em igual período encerrado em 30 de setembro de 2011.

4 - Investimentos

Nos primeiros nove meses de 2012, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 30,7 milhões, contra R\$ 55,0 milhões realizados em igual período do ano passado.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais nos primeiros nove meses de 2012 foi de R\$ 82 mil, sendo: i) R\$ 78 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis, e ii) R\$ 4 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a ANEEL para os Programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

| |
|---------------------------|
| Demonstrações Financeiras |
|---------------------------|

1. Balanço Patrimonial Ativo

| Energisa Minas Gerais | | |
|--|------------------------------|------------------------------|
| Balanços Patrimoniais | | |
| Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 | | |
| (Em milhares de reais) | | |
| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 97.059 | 29.082 |
| Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados | 37.737 | 49.439 |
| Consumidores e concessionárias | 73.803 | 77.079 |
| Títulos de créditos a receber | 1.905 | 1.957 |
| Estoques | 1.217 | 1.540 |
| Impostos a recuperar | 9.713 | 10.379 |
| Baixa renda e devedores diversos | 21.732 | 15.979 |
| Total do circulante | <u>243.166</u> | <u>185.455</u> |
| Não circulante | | |
| Realizável a Longo Prazo | | |
| Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados | 4.191 | 4.930 |
| Consumidores e concessionárias | 8.207 | 8.207 |
| Títulos de créditos a receber | 355 | 2.893 |
| Impostos a recuperar | 11.619 | 12.171 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 12.585 | 3.243 |
| Créditos tributários | 42.010 | 43.814 |
| Cauções e depósitos vinculados | 1.231 | 1.127 |
| Contas a receber da concessão | 159.712 | 136.442 |
| Outros | 990 | 2.568 |
| | <u>240.900</u> | <u>215.395</u> |
| Investimentos | 2.040 | 2.049 |
| Intangíveis | 45.543 | 52.092 |
| Total do não circulante | <u>288.483</u> | <u>269.536</u> |
| Total do Ativo | <u><u>531.649</u></u> | <u><u>454.991</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

| Energisa Minas Gerais | | |
|--|-------------------|-------------------|
| Balanços Patrimoniais | | |
| Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 | | |
| (Em milhares de reais) | | |
| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
| Passivo | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 35.504 | 32.262 |
| Encargos de dívidas | 6.618 | 2.588 |
| Empréstimos e financiamentos | 24.488 | 36.393 |
| Debêntures | 1.676 | 319 |
| Tributos e contribuições sociais | 26.220 | 29.508 |
| Parcelamento de impostos | 1.434 | 1.315 |
| Encargos do consumidor a recolher | 2.582 | 3.659 |
| Benefícios a empregados - plano de pensão | 215 | 218 |
| Obrigações estimadas | 2.670 | 1.798 |
| Outras contas a pagar | 18.768 | 21.589 |
| Total do circulante | <u>120.175</u> | <u>129.649</u> |
| Não circulante | | |
| Fornecedores | 711 | 667 |
| Empréstimos e financiamentos | 264.788 | 179.249 |
| Debêntures | 59.706 | 59.691 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 0 | 1.431 |
| Tributos e contribuições sociais | 4.997 | 3.552 |
| Parcelamento de impostos | 2.107 | 3.069 |
| Provisões para contingências | 5.645 | 5.651 |
| Benefícios a empregados - plano de pensão | 1.232 | 1.184 |
| Outras contas a pagar | 1.364 | 2.527 |
| Total do não circulante | <u>340.550</u> | <u>257.021</u> |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 44.171 | 44.171 |
| Reservas de capital | 7.921 | 7.921 |
| Reservas de lucros | 10.525 | 10.525 |
| Dividendos adicionais propostos | 0 | 5.704 |
| Lucros acumulados | 8.307 | - |
| | <u>70.924</u> | <u>68.321</u> |
| Total do passivo | <u>531.649</u> | <u>454.991</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultado

| Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A Demonstrações de Resultados Nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais) | | |
|---|----------------|-----------------|
| | <u>9M12</u> | <u>9M11</u> |
| Receita operacional bruta | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 407.759 | 390.469 |
| Suprimento de energia elétrica | 1.497 | 779 |
| Disponibilidade do Sistema Elétrico | 30.959 | 32.671 |
| Receita de construção | 28.814 | 33.398 |
| Outras receitas | 13.749 | 11.380 |
| | <u>482.778</u> | <u>468.697</u> |
| Deduções à receita operacional | | |
| ICMS faturado | 88.470 | 85.878 |
| PIS, Cofins e ISS | 41.965 | 40.417 |
| Quotas para a reserva global de reversão | 3.005 | 2.187 |
| Outras (PEE, CDE, CCC e P&D) | 28.378 | 27.495 |
| | <u>161.818</u> | <u>155.977</u> |
| Receita operacional líquida | <u>320.960</u> | <u>312.720</u> |
| Despesas (receitas) operacionais | | |
| Pessoal (inclui fundo de pensão) | 20.145 | 22.036 |
| Material | 3.879 | 3.775 |
| Serviços de terceiros | 36.562 | 34.966 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 134.145 | 119.159 |
| Transporte de potência elétrica | 40.958 | 34.061 |
| Depreciação e amortização | 11.571 | 11.611 |
| Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos | 2.123 | (4.995) |
| Receita de construção | 28.814 | 33.398 |
| Outras despesas / receitas | 2.040 | 3.125 |
| | <u>280.237</u> | <u>257.136</u> |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | <u>40.723</u> | <u>55.584</u> |
| Receita (despesa) financeira | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 5.693 | 4.557 |
| Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 4.329 | 4.297 |
| Outras receitas financeiras | 734 | 675 |
| Encargos de dívidas - juros | (15.889) | (18.680) |
| Encargos de dívidas - variação monetária e cambial | (7.929) | (666) |
| (-) Transferência para ordens em curso | 517 | 1.054 |
| Marcação a mercado de derivativos | 280 | 65 |
| Instrumentos financeiros de derivativos | 3.299 | (711) |
| Ajuste valor presente de ativos | 5.083 | (4) |
| Outras despesas financeiras | (4.595) | (3.659) |
| | <u>(8.478)</u> | <u>(13.072)</u> |
| Resultado antes dos impostos | <u>32.245</u> | <u>42.512</u> |
| Contribuição social e imposto de renda | (10.786) | (14.421) |
| Lucro líquido do período | <u>21.459</u> | <u>28.091</u> |
| Lucro líquido por ação do capital social - R\$ | 47,61 | 62,32 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações do Fluxo de Caixa

Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A
 Demonstrações do Fluxo de Caixa
 Nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

| | <u>30/9/2012</u> | <u>30/9/2011</u> |
|---|------------------|------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 32.245 | 42.512 |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa: | | |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas | 20.885 | 19.740 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.464 | 543 |
| Depreciação e amortização | 11.571 | 11.611 |
| Provisão para contingências | (223) | (6.225) |
| Créditos tributários | 1.804 | 7.609 |
| Valor residual de ativos permanentes baixados | 108 | 807 |
| Marcação Mercado Derivativos | (3.299) | 711 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | (5.083) | 4 |
| Subtotal | <u>59.472</u> | <u>77.312</u> |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Consumidores e concessionárias | 1.593 | 27.639 |
| Títulos de créditos a receber | 2.807 | 469 |
| Estoques | 323 | 190 |
| Impostos a recuperar | (6.824) | (3.552) |
| Cauções e depósitos vinculados | (104) | 111 |
| Despesas pagas antecipadamente | 316 | 350 |
| Outros créditos | (4.384) | (2.214) |
| Fornecedores | 3.286 | (869) |
| Folha de pagamento | - | (3) |
| Tributos e contribuições sociais | 3.764 | (9.006) |
| Imposto de renda e contribuição social | (8.353) | (1.299) |
| Parcelamento de impostos | (843) | (452) |
| Obrigações estimadas | 872 | 470 |
| Encargos do consumidor a recolher | (1.077) | 499 |
| Outras contas a pagar | (3.935) | 2.984 |
| | <u>(12.559)</u> | <u>15.317</u> |
| Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais | <u>46.913</u> | <u>92.629</u> |
| Atividades de investimentos | | |
| Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos | 9 | (1.221) |
| Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados | (59.259) | (1.446) |
| Resgate de aplicações financeiras | 74.333 | 7.078 |
| Aplicações no intangível | (30.140) | (55.008) |
| Contribuições do consumidor, União e Estado | 2.151 | 7.882 |
| Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos | <u>(12.906)</u> | <u>(42.715)</u> |
| Atividades de financiamento | | |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 85.087 | 41.854 |
| Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal | (19.535) | (17.853) |
| Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros | (10.335) | (10.145) |
| Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos | (2.392) | - |
| Pagamentos de dividendos | (18.855) | (50.841) |
| Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento | <u>33.970</u> | <u>(36.985)</u> |
| Aumento (Redução de Caixa e Equivalentes) | <u>67.977</u> | <u>12.929</u> |
| Saldo inicial de Caixa e Equivalentes | 29.082 | 29.851 |
| Saldo final de Caixa e Equivalentes | <u>97.059</u> | <u>42.780</u> |
| Variação líquida do caixa | <u>67.977</u> | <u>12.929</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 401.281 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 23 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias (informações trimestrais)

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de novembro de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento (*) | Remuneração | 30/9/2012 | 31/12/2011 |
|---|-----------------------|----------------------------|---------------------------|---------------|---------------|
| BB Amplo | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 151 | 10.004 |
| BTG Pactual | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 2.031 | - |
| CEF | CDB | 30/09/2014 | 100,5% do CDI | 11.538 | 7.468 |
| CEF | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 76 | 946 |
| HSBC | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 879 | - |
| Itaú | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 4 | 28 |
| Mercantil | CDB | 14/09/2015 | 105,0% do CDI | 6.506 | 1.226 |
| Mercantil FID | CDB | 11/08/2022 | 105,0% do CDI | 712 | 952 |
| Santander | Debêntures (**) | 09/09/2014 a 12/09/2014 | 103,2% a 104,0% do CDI | 65.666 | - |
| Sul América | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 5.763 | 5.002 |
| Total | | | | 93.326 | 25.626 |
| Caixa e bancos | | | | 3.733 | 3.456 |
| Total caixa e equivalente de caixa | | | | 97.059 | 29.082 |

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

| Instituição financeira | Tipo | Vencimento | Remuneração | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|------------------------|--|----------------------------|---------------------------|---------------|---------------|
| ABC Brasil | CDB | 10/01/2013 | 106,0% do CDI | 5.044 | - |
| BES | CDB | 10/10/2013 | 100,0% do CDI | 29 | 28 |
| BMG | CDB | 16/12/2013 | 112,0% do CDI | 309 | 1.480 |
| Bradesco | CDB | 30/12/2013 a 22/05/2014 | 99,0% a 100,0% do CDI | 823 | 39 |
| Bradesco | Debêntures (**) | 01/10/2012 a 25/03/2013 | 100,0% a 100,5% do CDI | 13.847 | 15.729 |
| Bradesco | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 1.041 | - |
| Bradesco | Poupança | - | Poupança | - | 521 |
| CEF | Poupança | - | Poupança | 16 | 1.243 |
| Daycoval | CDB | 26/02/2013 | 107,0% do CDI | 14.089 | - |
| BICBanco | Fundo de Investimento em direitos creditórios | - | 112,0% do CDI | 2.299 | - |
| Itaú | CDB | 3/12/2013 | 101,8% do CDI | 16 | 15 |
| Itaú | Debêntures (**) | 04/04/2013 a 25/07/2013 | 100,0% a 103,5% do CDI | 168 | 157 |
| Itaú | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | 56 | 55 |
| Pine | CDB | 02/07/2012 | 111,0% do CDI | - | 10.005 |
| Votorantim | Debêntures (**) | 27/6/2012 | 106,0% do CDI | - | 20.009 |
| | | | | 37.737 | 49.281 |

b.2 Aplicações financeiras disponíveis para venda

| | | | | | |
|----------|-----------------------|---|---------------|---|-----|
| Bradesco | Fundo de Investimento | - | Benchmark CDI | - | 679 |
| | | | | - | 679 |

b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

| | | | | | |
|------|--|----------------------------|---------------|--------------|--------------|
| Itaú | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 01/11/2012 a 29/12/2020 | 100,0% do CDI | 4.191 | 4.409 |
| | | | | 4.191 | 4.409 |

Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

| | | | | | |
|---|--|--|--|---------------|---------------|
| Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados | | | | 41.928 | 54.369 |
| Circulante | | | | 37.737 | 49.439 |
| Não circulante | | | | 4.191 | 4.930 |

(*) As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

| Classes de consumidores | Vincendos (1) | Até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------------|----------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------------|---------------|---------------|
| Residencial | 10.957 | 5.674 | 691 | 211 | 40 | 1 | 17.574 | 18.067 |
| Industrial | 12.308 | 1.285 | 100 | 33 | 44 | 900 | 14.670 | 14.066 |
| Comercial | 6.000 | 1.457 | 223 | 193 | 371 | - | 8.244 | 8.330 |
| Rural | 2.580 | 1.217 | 247 | 51 | 30 | - | 4.125 | 3.709 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 27 | 4 | 1 | - | - | - | 32 | 31 |
| Estadual | 295 | 36 | 5 | - | 2 | 2 | 340 | 326 |
| Municipal | 1.074 | 132 | 20 | - | 6 | 6 | 1.238 | 1.193 |
| Iluminação pública | 839 | 168 | 6 | - | - | - | 1.013 | 926 |
| Serviço público | 1.414 | 32 | 18 | 1 | - | - | 1.465 | 1.170 |
| Subtotal - consumidores | 35.494 | 10.005 | 1.311 | 489 | 493 | 909 | 48.701 | 47.818 |
| Concessionárias (2) | | | | | | | 10.441 | 9.277 |
| Fornecimento não faturado | | | | | | | 11.556 | 15.000 |
| Outros | | | | | | | 15.085 | 15.282 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | | | | | (3.773) | (2.091) |
| Total | 35.494 | 10.005 | 1.311 | 489 | 493 | 909 | 82.010 | 85.286 |
| Circulante | | | | | | | 73.803 | 77.079 |
| Não circulante | | | | | | | 8.207 | 8.207 |

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de setembro de 2012, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$10.441 (R\$9.277 em 31 de dezembro de 2011, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2012. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$46 em 31 de dezembro de 2011, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$665 (R\$1.280 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrados a seguir:

| Composição dos créditos da CCEE | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|--------------|--------------|
| Saldos a vencer | 1.275 | 193 |
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 | 6.873 | 6.873 |
| Créditos vencidos (*) | 2.293 | 2.211 |
| | 10.441 | 9.277 |
| (-) Aquisições de energia na CCEE | - | (46) |
| (-) Encargos de serviços do sistema | (665) | (1.280) |
| | 9.776 | 7.951 |

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$2.293.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o

Resultados 3º trimestre de 2012

Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 30 de setembro de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Títulos de créditos a receber | 5.351 | 8.438 |
| Ajuste a valor presente | (166) | (445) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | <u>(2.925)</u> | <u>(3.143)</u> |
| | <u>2.260</u> | <u>4.850</u> |
| | | |
| Circulante | 1.905 | 1.957 |
| Não circulante | 355 | 2.893 |

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

| | |
|-----------------------------|---------------------|
| Vencidos | 3.196 |
| 2012 | 1.037 |
| 2013 | 480 |
| 2014 | 164 |
| 2015 | 156 |
| 2016 | 153 |
| 2017 | 89 |
| 2018 em diante | <u>76</u> |
| Subtotal | <u>5.351</u> |
| (-) Ajuste a valor presente | <u>(166)</u> |
| | <u><u>5.185</u></u> |

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Movimentação das provisões | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Saldo - inicial | 5.234 | 4.685 |
| Provisões constituídas no exercício | 2.218 | 814 |
| Reversão de provisões no exercício | (754) | (265) |
| Saldo - final - circulante | 6.698 | 5.234 |
| Consumidores e concessionárias e CCEE | 3.773 | 2.091 |
| Títulos de créditos a receber | 2.925 | 3.143 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9. Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da EMG com reajuste da 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

Reajustes tarifários:

Em 14 de junho de 2011, por meio da Resolução nº 1.155, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia que vigorou até 17 de junho de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 2,73%, respectivamente.

10. Baixa renda e outros créditos

| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Baixa renda | 6.500 | 2.384 |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D | 9.537 | 8.085 |
| Ordens de serviço em curso - outros | 380 | 121 |
| Ordens de dispêndio a reembolsar | 1.764 | 1.877 |
| Outras | 3.502 | 3.148 |
| | <u>21.683</u> | <u>15.615</u> |

Segue a movimentação do baixa renda:

| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo - inicial | 2.384 | 3.260 |
| Subvenção Baixa Renda | 14.469 | 14.571 |
| Ressarcimento pela Eletrobrás | (13.118) | (15.447) |
| Contas a receber Eletrobrás | 2.765 | - |
| Saldo - final - circulante | <u>6.500</u> | <u>2.384</u> |

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

11. Impostos a recuperar

| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 10.743 | 11.623 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 147 | 251 |
| Imposto de Renda - IRPJ | 450 | 20 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL | 109 | 25 |
| Contribuição do PIS e COFINS | 9.373 | 10.185 |
| Outros | 510 | 446 |
| | <u>21.332</u> | <u>22.550</u> |
| Circulante | 9.713 | 10.379 |
| Não Circulante | 11.619 | 12.171 |

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding

Resultados 3º trimestre de 2012

que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o período:

| | ENF (a) | ESO (a) | ESA (b) | ESER (a) | 01/01/2012 a 30/09/2012 | 01/01/2011 a 30/09/2011 |
|------------------------------|---------|----------|---------|----------|----------------------------|----------------------------|
| Prestação de serviços | - | (16.250) | (7.428) | (93) | (23.771) | (22.034) |
| Custo e uso de conexão | (1.022) | - | - | - | (1.022) | (836) |
| | ENF (a) | ESO (a) | ESA (b) | ESER (a) | 01/07/2012 a 30/09/2012 | 01/07/2011 a 30/09/2011 |
| Prestação de serviços | - | (5.445) | (2.489) | (68) | (8.002) | (7.403) |
| Custo e uso de conexão | (290) | - | - | - | (290) | (346) |
| | | | | | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
| Saldo a pagar - fornecedores | 96 | 1.499 | 762 | - | 2.357 | 2.392 |

- (a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$418 (R\$391 em 30 de setembro de 2011) e da Diretoria foi de R\$721 (R\$662 em 30 de setembro de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$264 (R\$230 em 30 de setembro de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$199 (R\$190 em 30 de setembro de 2011).

No período findo em 30 de setembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de setembro, foram de R\$15 e R\$2 (R\$14 e R\$2 em 30 de setembro de 2011), respectivamente. A remuneração média no 3º trimestre de 2012 foi de R\$8 (R\$8 em 30 de setembro de 2011).

Na AGO de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$2.827.

13. Impostos diferidos e despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

| Período | Realizações de créditos fiscais |
|---------------------------|------------------------------------|
| 2012 | 1.318 |
| 2013 | 6.206 |
| 2014 | 7.056 |
| 2014 em diante | 27.430 |
| Total - circulante | 42.010 |

Resultados 3º trimestre de 2012

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

| | 01/07/2012 à 30/09/2012 | 01/01/2012 à 30/09/2012 | 01/07/2011 à 30/09/2011 | 01/01/2011 à 30/09/2011 |
|---|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 11.466 | 32.245 | 8.888 | 42.512 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal combinada | (3.898) | (10.963) | (3.022) | (14.454) |
| Ajustes: | | | | |
| Outros | 45 | 177 | 110 | 33 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (3.853) | (10.786) | (2.912) | (14.421) |
| Alíquota efetiva | 33,61% | 33,45% | 32,76% | 33,92% |

| | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Ativo | | |
| Prejuízo fiscal | 23.932 | 26.467 |
| Base negativa de contribuição social | 9.497 | 10.410 |
| Diferenças temporárias (1): | | |
| Imposto de renda | 6.310 | 5.101 |
| Contribuição social | 2.271 | 1.836 |
| Total - não circulante | 42.010 | 43.814 |

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps.

14. Contas a receber da Concessão

A Companhia possui saldo de R\$159.712 (R\$136.442 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$17.173, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 30 de setembro de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

| Movimentação | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo - inicial | 136.442 | 94.006 |
| Adições | 5.621 | 42.436 |
| Resolução Normativa nº 474 | 17.173 | - |
| Baixas | 476 | - |
| Saldo - final - não circulante | 159.712 | 136.442 |

15. Intangível

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

| | Saldo inicial 31/12/2011 | Adição | Transferências | Baixas | Amortização | Saldo final 30/09/2012 |
|--|-----------------------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------------------|
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 325.294 | - | 1.410 | (24.005) | - | 302.699 |
| Amortização | (231.046) | - | - | 1.664 | (15.887) | (245.269) |
| Subtotal | 94.248 | - | 1.410 | (22.341) | (15.887) | 57.430 |
| Em Curso (*) | 9.439 | 30.657 | (1.410) | (7.186) | - | 31.500 |
| Total | 103.687 | 30.657 | - | (29.527) | (15.887) | 88.930 |
| Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 44.680 | - | 228 | (4.482) | - | 40.426 |
| Amortização | (20.742) | - | - | - | (4.317) | (25.059) |
| Subtotal | 23.938 | - | 228 | (4.482) | (4.317) | 15.367 |
| Em Curso (*) | 27.657 | 2.156 | (228) | (1.565) | - | 28.020 |
| Total | 51.595 | 2.156 | - | (6.047) | (4.317) | 43.387 |
| Total do intangível | 52.092 | 28.501 | - | (23.480) | (11.570) | 45.543 |

(*) As baixas do intangível e obrigações especiais em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculados ao serviço público de energia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,61%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível está reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão: | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|--|----------------|----------------|
| Contribuições do consumidor | 107.606 | 106.565 |
| Participação da União - recursos CDE | 47.816 | 47.767 |
| Participação do Governo do Estado | 16.558 | 16.291 |
| Reserva para reversão | 1.409 | 1.409 |
| (-) Amortização acumulada | (25.030) | (20.743) |
| Total | 148.359 | 151.289 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | 104.972 | 99.694 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 15.367 | 23.938 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 28.020 | 27.657 |
| Total | 148.359 | 151.289 |

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais, anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado como Obrigações especiais. Em 30 de setembro de 2012, o montante contabilizado nessa rubrica é de R\$655.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

| | 30/09/2012 | 30/09/2011 |
|--|---------------|---------------|
| Encargos financeiros contabilizados no resultado | 15.889 | 18.680 |
| (-) transferência para o intangível em curso (*) | (517) | (1.054) |
| Efeito líquido no resultado | 15.372 | 17.626 |

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

16. Fornecedores

| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Suprimento (1): | | |
| Furnas | 136 | 136 |
| Contratos Bilaterais | 24.565 | 21.068 |
| CCEE | - | 46 |
| Uso do sistema de transmissão/distribuição (1) | 5.777 | 6.194 |
| Materiais e serviços e outros (2) | 5.737 | 5.485 |
| Total | <u>36.215</u> | <u>32.929</u> |
| Circulante | 35.504 | 32.262 |
| Não circulante | 711 | 667 |

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Operações | Encargos da dívida | Principal | | Total | | Ref. |
|--|--------------------|---------------|----------------|------------------|----------------|------|
| | | Circulante | Não Circulante | 30/setembro/2012 | 31/12/2011 | |
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*) | 16 | 3.136 | - | 3.152 | 16.778 | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*) | 77 | - | 15.000 | 15.077 | 15.131 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | 64 | 1.511 | 4.350 | 5.925 | 6.776 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ) | 2 | 13 | 39 | 54 | 62 | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | 293 | 2.733 | 18.719 | 21.745 | 23.990 | |
| Eletrobrás - Subtransmissão | - | 164 | 1.239 | 1.403 | 269 | |
| Banco HSBC - repasse BNDES | - | - | - | - | 1.673 | |
| Banco HSBC - repasse BNDES I | 7 | 694 | 1.208 | 1.909 | 2.274 | |
| Banco HSBC - repasse BNDES II | 4 | 233 | 593 | 830 | 928 | |
| Banco HSBC - repasse BNDES III | 7 | 319 | 820 | 1.146 | 1.387 | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES I | 15 | 368 | 3.394 | 3.777 | 4.152 | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES II | 1 | 208 | 892 | 1.101 | 1.182 | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES III | 6 | 151 | 1.417 | 1.574 | 1.733 | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV | 1 | 6 | 2.478 | 2.485 | 622 | |
| Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER | 175 | 372 | 1.628 | 2.175 | 2.088 | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | 37 | 949 | 4.172 | 5.158 | 3.507 | |
| Caixa Econômica Federal - FINAME | 46 | - | 4.306 | 4.352 | - | |
| Banco Bradesco - CCB | 5.084 | 12.501 | 37.499 | 55.084 | 51.208 | 1 |
| Banco ITAU BBA - BNDES FINEM | 43 | 1.230 | 14.470 | 15.743 | - | |
| Total em moeda nacional | 5.878 | 24.588 | 112.224 | 142.690 | 133.760 | |
| (-) custos de captação incorridos na contratação | (11) | (100) | (294) | (405) | (357) | |
| Em moeda estrangeira | | | | | | |
| Citibank | 9 | - | 33.635 | 33.644 | 31.083 | |
| Bank of America Merrill Lynch | 695 | - | 58.305 | 59.000 | 53.744 | |
| Banco Itaú BBA | 47 | - | 60.918 | 60.965 | - | |
| Total em moeda estrangeira | 751 | - | 152.858 | 153.609 | 84.827 | |
| Total ENERGISA MINAS GERAIS | 6.618 | 24.488 | 264.788 | 295.894 | 218.230 | |

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$18.861 (R\$20.139 em 31 de dezembro de 2011), registrados na rubrica, "aplicações no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2012, todas as exigências foram cumpridas.

Resultados 3º trimestre de 2012

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2012:

| Operação | Características da Operação | | | Custo da Dívida | | | | TIR (Taxa efetiva de juros) | Ref |
|---|-----------------------------|---------------------------|--------------------|-------------------|----------------------|----------------|------------------------|-----------------------------|-----|
| | Vencimento | Periodicidade Amortização | Garantias Reais | Prazo Médio meses | Indexador | Tx de Juros aa | | | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II | nov-2012 | mensal | Recebíveis | 1 | CDI | + | 0,8% | 1,08% | |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | dez-2020 | mensal, após dez.2017 | Recebíveis | 81 | CDI | + | 0,7% | 0,83% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche | ago-2017 | mensal | Recebíveis | 28 | RGR | + | 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ) | ago-2017 | mensal | Recebíveis | 28 | RGR | + | 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche | dez-2019 | mensal | Recebíveis | 44 | RGR | + | 5,0% | 5,0% | |
| Eletrobrás - subtransmissão | mar-2018 | mensal, após mar.2013 | Recebíveis | 35 | RGR | + | 5,0% | 5,0% | |
| Banco HSBC - repasse BNDES I | mai-2016 | mensal | Aval Energisa S.A. | 20 | TJLP | + | 4,3% | 4,3% | |
| Banco HSBC - repasse BNDES II | mai-2016 | mensal | Aval Energisa S.A. | 22 | UMBND | + | 4,3% + juros variáveis | 4,3% | |
| Banco HSBC - repasse BNDES III | mai-2016 | mensal | Aval Energisa S.A. | 22 | TJLP | + | 3,9% | 3,9% | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES I | jan-2021 | mensal, após jan.2012 | Aval Energisa S.A. | 51 | TJLP | + | 4,75% | 4,75% | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES II | jan-2021 | mensal, após jan.2012 | Aval Energisa S.A. | 47 | UMBND | + | 3,75%+ juros variáveis | 3,75% | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES III | jan-2021 | mensal, após jan.2012 | Aval Energisa S.A. | 52 | TJLP | + | 5,95% | 5,95% | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV | jan-2021 | mensal, após jan.2012 | Aval Energisa S.A. | 56 | pré-fixado | | 5,5% | 5,5% | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER | mar-2016 | mensal, após mar.2013 | Aval Energisa S.A. | 22 | pré-fixado | | 5,5% | 5,5% | |
| Banco Itaú BBA - FINAME | Até mai-2021 | mensal | Aval Energisa S.A. | 54 | pré-fixado | | de 4,5% a 10% | 4,5% a 10% | |
| Caixa Econômica Federal - FINAME | Jan-2022 | mensal, após dez.2013 | Aval Energisa S.A. | 62 | pré-fixado | | 8,7% | 8,7% | |
| Banco Bradesco - CCB | out-2015 | anual | - | 17 | CDI | + | 1,25% | 1,25% | |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem | maio-2015 | Mensal, após mar.2014 | Aval Energisa S.A. | 21 | TJLP + 2,25% a 4,15% | | | 2,25% a 4,15% | |
| Citibank | Set-2014 | Final | Aval Energisa S.A. | 24 | libor | + | 2,25% | 2,25% | |
| Bank of America Merrill Lynch | Set-2014 | Final | Aval Energisa S.A. | 25 | libor | + | 2,0% | 2,25% | |
| Banco Itaú BBA | Set-2015 | Final | Aval Energisa S.A. | 36 | Dólar | + | 2,95% | 2,95% | |

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

| | <u>30/09/2012</u> |
|--------------|-----------------------|
| 2013 | 16.362 |
| 2014 | 121.474 |
| 2015 | 85.390 |
| 2016 | 7.166 |
| 2017 | 6.220 |
| Após 2017 | <u>28.176</u> |
| Total | <u>264.788</u> |

Resultados 3º trimestre de 2012

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

| Contratos | 2012 | 2013 | 2014 | 2014 em diante | 30/09/2012 |
|--|-----------|-----------|-----------|----------------|------------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*) | 28 | - | - | - | 28 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*) | 11 | - | - | 177 | 188 |
| Banco ITAU BBA - BNDES FINEM | - | 88 | 71 | 30 | 189 |
| | 39 | 88 | 71 | 207 | 405 |

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

| | 7ª Emissão |
|-----------------------------|------------------|
| Tipo de emissão | Pública |
| Data de emissão | 15/12/2009 |
| Data de vencimento | 15/12/2014 |
| Garantia | Quirografária |
| Rendimentos | CDI + 1,9% a.a |
| TIR (taxa efetiva de juros) | CDI + 1,96% a.a. |
| Quantidade de títulos | 60.000 |
| Valor na data de emissão | 60.000 |
| Títulos em circulação | 60.000 |
| Carência de Juros | 6 meses |
| Data de repactuação | 15/12/2012 |
| Amortizações/parcelas | Final |
| Saldos em 30/09/2012 (*) | 61.382 |
| Circulante | 1.676 |
| Não circulante | 59.706 |
| Saldos em 31/12/2011 (*) | 60.010 |
| Circulante | 319 |
| Não circulante | 59.691 |

(*) Deduzido de R\$325 (R\$340 em 31 de dezembro 2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$59.706 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

| | 7ª Emissão |
|----------------|------------|
| Exercício 2012 | 99 |
| Exercício 2013 | 113 |
| Exercício 2014 | 113 |
| | 325 |

Clausulas de repactuação:

| Descrição | Empresa | Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo | Prêmio | Condições |
|--------------------------|-----------------------------|---|-----------|--|
| Debêntures 7ª emissão | Energisa Minas Gerais | 15 de dezembro de 2012 | Não há | O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas |

19. Tributos e Contribuições Sociais

| | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|------------------|---------------|---------------|
| ICMS | 19.702 | 20.215 |
| Encargos Sociais | 655 | 587 |
| IRPJ | 3.040 | 3.578 |
| CSSL | 2.319 | 2.593 |
| PIS/COFINS | 4.717 | 5.233 |
| IRRF | 83 | 294 |
| Outros | 701 | 560 |
| Total | 31.217 | 33.060 |
| Circulante | 26.220 | 29.508 |
| Não circulante | 4.997 | 3.552 |

20. Parcelamento de impostos

A Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$1.060 e registrados juros Selic de R\$263.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo do parcelamento é de R\$ 3.541(R\$4.384 em 31 de dezembro de 2011) e o número de parcelas a serem quitadas são 30.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos impostos parcelados esta assim programada:

| | 30/09/2012 | 31/12/2011 |
|----------------|--------------|--------------|
| 2012 | 837 | 1.404 |
| 2013 | 1.434 | 1.404 |
| 2014 | 1.270 | 1.404 |
| Após 2014 | - | 172 |
| Total | 3.541 | 4.384 |
| Circulante | 1.434 | 1.315 |
| Não circulante | 2.107 | 3.069 |

21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

| | Saldo inicial 31/12/2011 | Provisões constituídas | Reversões de provisões | Atualização | Saldo final 30/09/2012 |
|------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------|---------------------------|
| Trabalhistas | 2.764 | 1.733 | (1.747) | 119 | 2.869 |
| Cíveis | 2.887 | 686 | (895) | 98 | 2.776 |
| Total | 5.651 | 2.419 | (2.642) | 217 | 5.645 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (566) | (107) | - | (26) | (699) |

(*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.231 (R\$1.127 em 31 de dezembro de 2011) dos quais R\$532 (R\$561 em 31 de dezembro de 2011), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis

- **Trabalhistas**

Durante o 3º trimestre de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$1.733 (R\$1.276 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante de R\$1.747 (R\$6.827 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$425.

No 3º trimestre de 2012, foi registrado complemento de provisão no montante de R\$686 (R\$774 em 31 de dezembro de 2011) e reversão de provisões no montante de R\$895 (R\$290 em 31 de dezembro de 2011).

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$49.534 (R\$63.645 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

Refere-se à reclamação trabalhista no montante equivalente a R\$1.492 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2011), que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária).

- **Cíveis**

Essas ações no montante equivalente a R\$27.514 (R\$38.551 em 31 de dezembro de 2011) têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

- **Fiscais**

Essas ações no montante de R\$20.528 (R\$23.430 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS, diferenças de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171, atribuídos a 370.676 ações ordinárias, 79.783 ações preferenciais classe "A" e 253 ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

22.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento dos dividendos adicionais no montante de R\$5.704 (R\$0,013 por ação), em 30 de março de 2012.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 09 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$13.152 (R\$29,18 por ação ordinária e preferencial), pagos a partir de 17 de agosto de 2012.

23. Receita operacional

| | 30/9/2012 | | | | 30/9/2011 | | | |
|--|--|----------------|-------------------------|-------------------------|--|----------------|-------------------------|-------------------------|
| | Não revisado pelos auditores independentes | | 01/07/2012 à 30/09/2012 | 01/01/2012 à 30/09/2012 | Não revisado pelos auditores independentes | | 01/07/2011 à 30/09/2011 | 01/01/2011 à 30/09/2011 |
| | Nº de consumidores | MWh | R\$ | R\$ | Nº de consumidores | MWh | R\$ | R\$ |
| Residencial | 294.743 | 307.863 | 60.820 | 187.722 | 286.869 | 293.018 | 55.840 | 170.787 |
| Industrial | 3.692 | 142.255 | 21.746 | 64.878 | 3.684 | 154.997 | 24.237 | 70.721 |
| Comercial | 33.918 | 154.537 | 26.381 | 81.928 | 32.010 | 147.209 | 24.540 | 76.660 |
| Rural | 64.079 | 106.547 | 13.483 | 37.023 | 63.559 | 106.266 | 13.082 | 36.027 |
| Poder Público: | | | | | | | | |
| Federal | 62 | 352 | 62 | 188 | 60 | 328 | 59 | 172 |
| Estadual | 551 | 7.443 | 1.341 | 3.992 | 523 | 6.931 | 1.230 | 3.636 |
| Municipal | 3.313 | 15.678 | 2.819 | 8.394 | 3.244 | 14.602 | 2.586 | 7.646 |
| Iluminação Pública | 255 | 52.549 | 5.588 | 16.165 | 260 | 51.143 | 5.241 | 15.345 |
| Serviço Público | 549 | 27.997 | 3.780 | 10.913 | 539 | 26.597 | 3.457 | 10.152 |
| Consumo Próprio | 93 | 2.197 | - | - | 91 | 2.229 | - | - |
| Subtotal | 401.255 | 817.418 | 136.020 | 411.203 | 390.839 | 803.320 | 130.272 | 391.146 |
| Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão | - | - | 3.421 | 10.110 | - | - | 2.779 | 7.465 |
| Suprimento | - | 25.792 | 1.129 | 1.497 | - | 34.719 | 333 | 779 |
| Fornecimento não faturado (líquido) | - | (1.561) | (268) | (3.444) | - | (2.008) | (396) | (677) |
| Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição | - | - | 11.237 | 30.959 | - | - | 11.728 | 32.671 |
| Venda de energia a consumidores livres | 26 | - | - | - | 17 | - | - | - |
| Receita de Construção | - | - | 10.986 | 28.814 | - | - | 9.426 | 33.398 |
| Outras receitas operacionais | - | - | 1.320 | 3.639 | - | - | 677 | 3.915 |
| Total - receita operacional bruta | 401.281 | 841.649 | 163.845 | 482.778 | 390.856 | 836.031 | 154.819 | 468.697 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | | | |
| ICMS | - | - | 29.297 | 88.470 | - | - | 28.729 | 85.878 |
| PIS | - | - | 2.475 | 7.475 | - | - | 2.408 | 7.150 |
| COFINS | - | - | 11.403 | 34.432 | - | - | 11.091 | 33.203 |
| ISS | - | - | 19 | 58 | - | - | 13 | 64 |
| Quota para RGR | - | - | 617 | 3.005 | - | - | 767 | 2.187 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 491 | 1.438 | - | - | 472 | 1.392 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 3.883 | 11.647 | - | - | 3.542 | 10.624 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CCC | - | - | 2.503 | 12.337 | - | - | 4.652 | 13.252 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | - | - | 786 | 2.301 | - | - | 755 | 2.227 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | - | - | 655 | 655 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 52.129 | 161.818 | - | - | 52.429 | 155.977 |
| Total - receita operacional líquida | 401.281 | 841.649 | 111.716 | 320.960 | 390.856 | 836.031 | 102.390 | 312.720 |

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | Importância Segurada | Prêmio Anual 30/09/2012 e 31/12/2011 |
|---|--------------------|----------------------|--|
| Riscos Nomeados | 09/11/2012 | 33.580 | 215 |
| Responsabilidade Civil Geral | 09/11/2012 | 33.953 | 116 |
| Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros. | 23/10/2013 | até R\$200 / veículo | 59 |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais | 31/12/2012 | 35.565 | 146 |
| | | | 536 |

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| | 30/09/2012 | | 31/12/2011 | |
|--|------------|-------------|------------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| ATIVO | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 97.059 | 97.059 | 29.082 | 29.082 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 41.928 | 41.928 | 54.369 | 54.369 |
| Consumidores e concessionárias | 82.010 | 82.010 | 85.286 | 85.286 |
| Títulos de créditos a receber e outros | 2.260 | 2.260 | 4.850 | 4.850 |
| Conta a receber da concessão | 159.712 | 159.712 | 136.442 | 136.442 |
| PASSIVO | | | | |
| Fornecedores | (36.215) | (36.215) | (32.929) | (32.929) |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | (357.276) | (368.683) | (278.240) | (276.240) |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures.

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 7ª Emissão e dos empréstimos com o Bradesco, Citibank e Merrill Lynch e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o valor justo difere do valor contábil.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise .

| | Até 6 meses | 6 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|-------------|--------------|------------|------------|----------------|---------|
| Fornecedores | 35.504 | - | - | - | 711 | 36.215 |
| Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures. | 34.750 | 15.268 | 282.011 | 50.494 | 35.363 | 417.886 |

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

| | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 97.059 | 29.082 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 41.928 | 54.369 |
| Consumidores e concessionárias | 82.010 | 85.286 |
| Títulos de créditos a receber e outros | 2.260 | 4.850 |
| Conta a receber da concessão | 159.712 | 136.442 |

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 30 de setembro de 2012, com alta de 8,25% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0306/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 30 de setembro de 2012 de R\$ 358.006 (R\$278.937 em 31 de dezembro de 2011), R\$153.609 (R\$84.827 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares, provenientes de empréstimo capitado junto ao Citibank,

Resultados 3º trimestre de 2012

cujo saldo no final do período era US\$16,6 milhões (US\$16,5 de principal), US\$28,7 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,6 de principal) e US\$30 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal). Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de longo prazo, em 30 de setembro de 2014, 27 de outubro de 2014 e 21 de setembro de 2015, respectivamente.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 apresenta no ativo não circulante o valor de R\$12.585 (R\$3.243 em 31 de dezembro de 2011) R\$1.431 em 31 de dezembro de 2011 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa MG possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$16,5 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Citibank, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,25%) a.a. por 91,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 01/10/2012 até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.
2. Proteção para o montante equivalente a US\$28,5 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Bank of America Merrill Lynch, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Out-14) pelo prazo até 27/10/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,00%) a.a. por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 26/10/2012 até 27/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.
3. Proteção para o montante equivalente a US\$30 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Banco Itaú BBA, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,8500 (Set-15) pelo prazo até 21/09/2015. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 3,93% a.a. por 101,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 21/03/2013 até 21/09/2015 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$5.083 (negativo de R\$4 em 30 de setembro de 2011) decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

| | Valor de Referência | | Descrição | Valor Justo | | Efeito Acumulado | |
|--|---------------------|------------|------------------------------------|-------------|------------|--------------------------|--------------------|
| | 30/09/2012 | 31/12/2011 | | 30/09/2012 | 31/12/2011 | A Receber/ (Recebido) | A Pagar/ (Pago) |
| Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch | 80.055 | 80.055 | Posição Ativa | 94.282 | 85.150 | - | - |
| | | | Taxa de Juros LIBOR | | | | |
| | | | Posição Passiva | (83.331) | (82.346) | - | - |
| | | | Taxa de Juros CDI | | | | |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (248) | (1.239) | - | - |
| | | | Posição Total Swap Com Opções | 10.703 | 1.565 | - | 2.859 |
| Swap com opções - Itaú BBA | 50.001 | 50.001 | Posição Ativa | | | - | - |
| | | | Taxa de Juros CDI | 52.545 | 52.196 | | |
| | | | Posição Passiva | | | - | - |
| | | | Taxa de Juros CDI | (50.847) | (49.716) | | |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (501) | (2.233) | - | - |
| | | | Posição Total Swap Com Opções | 1.197 | 247 | 468 | - |
| Swap com Opções- Itaú BBA(2) | 60.678 | - | Posição Ativa | | | - | - |
| | | | Taxa de Juros Pré | 63.842 | - | | |
| | | | Posição Passiva | | | - | - |
| | | | Taxa de Juros CDI | (60.967) | - | | |
| | | | Opções de Moeda Estrangeira (US\$) | (2.190) | - | - | - |
| | | | Posição Total Swap Com Opções | 685 | - | - | - |

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de setembro de 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes de suas datas de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa MG foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2012, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------|-----------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Instrumentos financeiros - Empréstimo | - | | 12.292 | (8.204) | (28.701) |
| Posição Ativa - LIBOR | 94.282 | Alta do US\$ | 81.989 | 102.486 | 122.983 |
| Posição Passiva - Taxa de Juros CDI | (83.331) | | (81.632) | (81.632) | (81.632) |
| Opções de Moeda Estrangeira - USD | (248) | | - | - | (1.818) |
| Subtotal | 10.703 | | 357 | 20.854 | 39.533 |
| Líquido | 10.703 | | 12.649 | 12.649 | 10.832 |
| Instrumentos financeiros - Empréstimo | - | | 11.098 | (2.087) | (15.273) |
| Posição Ativa - Taxa de Juros Pré | 63.842 | Alta do US\$ | 52.744 | 65.930 | 79.116 |
| Posição Passiva - Taxa de Juros CDI | (60.967) | | (60.967) | (60.967) | (60.967) |
| Opções de Moeda Estrangeira - USD | (2.190) | | - | - | (2.875) |
| Subtotal | 685 | | (8.223) | 4.963 | 15.274 |
| Líquido | 685 | | 2.875 | 2.876 | 1 |
| Total | 11.388 | | 15.524 | 15.525 | 10.833 |

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$15.524, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$15.525 e R\$10.833, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,28% a.a. e a TJLP = 6% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| <u>Instrumentos</u> | <u>Exposição (R\$ mil)</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário I (Provável) (*)</u> | <u>Cenário II (Deterioração de 25%)</u> | <u>Cenário III (Deterioração de 50%)</u> |
|--|--------------------------------|--------------|-------------------------------------|---|--|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto | | | | | |
| | 135.254 | Alta CDI | 2.481 | 2.648 | 3.157 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| | (135.020) | Alta CDI | (2.897) | (3.479) | (4.053) |
| | (26.078) | Alta TJLP | (638) | (732) | (825) |
| | (153.609) | Alta do US\$ | (934) | (1.167) | (1.401) |
| Subtotal (**) | (314.707) | | (4.469) | (5.378) | (6.279) |
| Total | (179.453) | | (1.988) | (2.730) | (3.122) |

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2012 (7,28% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2012 e a TJLP 6% a.a.

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$153.609.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| <u>Instrumentos financeiros</u> | <u>Nível</u> | <u>30/09/2012</u> | <u>31/12/2011</u> |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Ativos | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 41.928 | 54.369 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 12.585 | 3.243 |
| Passivo | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | - | (1.431) |

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

26. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

As demais informações referentes aos planos de suplementação de aposentadoria e pensões não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 33 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

No período findo em 30 de setembro de 2012, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$212 (R\$171 em 30 de setembro de 2011).

b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

No período findo em 30 de setembro de 2012, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$164 (R\$207 em 30 de setembro de 2011).

Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo em 30 de setembro de 2012, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$473 (R\$357 em 30 de setembro de 2011).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

| Vigência | Contrato de compra de energia - R\$ MIL | | | |
|-------------|---|---------|---------|-----------|
| | 2012 | 2013 | 2014 | Após 2014 |
| 2012 a 2045 | 166.604 | 174.629 | 181.556 | 2.134.131 |

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

28. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

Em setembro de 2012, foram editados pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 e o Decreto nº 7.805, que tratam da redução dos encargos sobre a energia elétrica e criam as regras para renovação antecipada das concessões do serviço público de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017.

Atendendo as disposições legais acima citadas, a Companhia solicitou em 15 de outubro de 2012, à ANEEL a renovação da referida concessão pelo prazo de mais 30 anos, a partir de janeiro de 2013. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público.

No entendimento da Administração as reduções dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados da Companhia que terá sua concessão renovada a partir de janeiro de 2013, tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board- IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 9 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" MG

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" MG

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br